



## **A QUESTÃO QUILOMBOLA EM ALAGOAS: RECONHECIMENTO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA**

Divânia Cássia Costa da Silva<sup>1</sup>

### **RESUMO**

Este trabalho tem como pretensão analítica compreender a relação entre 'Estruturas de Oportunidades Políticas' e inserções sócio-políticas. Mais precisamente, essa pesquisa se volta para a comunidade remanescente de quilombola Serra das Viúvas, situada no sertão alagoano. Busca-se entender aqui, em que medida as relações contenciosas de determinados processos políticos, contribuem para a diversificação de suas inserções em diferentes espaços sociais, políticos, econômicos e profissionais. Assim, tais pretensões analíticas se utilizaram dos seguintes pressupostos metodológicos: a) Levantamento de dados secundários, como documentos oficiais, atas de reuniões, panfletos, atas, relatórios. b) Questionário, objetivando levantar um perfil socioeconômico e político do universo pesquisado. c) Entrevistas semiestruturadas, buscando captar dados biográficos com mais intensidade e profundidade que não são possíveis em outras estratégias metodológicas acima citadas. Desse modo, o que parece acontecer é, uma redefinição dos limites relacionais entre esses agentes, onde a partir de possíveis situações conflitivas e adversas, constroem-se alternativas à tais modificações conjunturais. Esses agentes se apropriam de recursos, técnicas e habilidades ao longo de suas trajetórias, e as reconvertem em estratégias de ação para novas inserções sociais. A aproximação entre o fazer empresarial turístico e o fazer artesanal quilombola aponta para novas estratégias de ampliação de suas ações. Um dos usos desse contexto de oportunidades, é o que envolve o status de reconhecimento étnico-cultural desse grupo. A Serra das Viúvas, agora reconhecida institucionalmente enquanto a 'Serra das Viúvas Quilombola', passa a ter um significado turístico e mercadológico, sobretudo a relação que passa a se estabelecer com o artesanato local.

**Palavras-chave:** Quilombolas. Contextos políticos. Diversificações.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia- PPGS da Universidade Federal de Sergipe-UFS. Pesquisadora nas áreas de movimentos sociais e participação política. Pesquisadora do Grupo de Estudos em Cidadania e Direitos Humanos-GEPEC- UFS. E-mail: divaniacassia@hotmail.com.

## INTRODUÇÃO

Essa pesquisa tem como objeto de estudo a relação entre as lutas por reconhecimento e inserção sócio-política. Tal análise se volta para a comunidade Serra das Viúvas, situada no sertão alagoano. É interesse deste estudo, compreender como as orientações que permeiam as ações de luta por reconhecimento dessa comunidade reconhecida como quilombola, direciona suas inserções em diferentes espaços sociais, políticos e profissionais, junto a outros grupos e instituições. O que se pretende, é analisar em que medida a luta por reconhecimento político e cultural, desenvolvida na comunidade Serra das Viúvas, interfere nas transformações acerca da situação de desigualdade étnico-racial e cultural, vivenciada por esse coletivo.

Assim, o debate aqui apresentado, está pautado numa discussão teórica maior acerca do reconhecimento e processos políticos (AXEL HONNETH, 2003; RENAULT, 2004; TAYLOR, 1992; SANDEL, 1982; WALZER, 1983; YONG, 1990; MCADAM, 1996; TILLY, 2001; TARROW, 2013; DIANI, 1992). A literatura em questão, apresenta a noção de reconhecimento como fundamental, tanto para a problematização da questão da justiça social, quanto para a compreensão das novas formas de contradição e marginalização sócio-cultural. A pesquisa aqui apresentada, partilha do ponto de vista teórico que, há uma redefinição dos limites relacionais e identitários entre esses agentes, quando submetidos à possíveis situações conflitivas e adversas, onde constroem-se alternativas à tais modificações conjunturais (MCADAM, 1996; TILLY, 2001; TARROW, 2013 DIANI, 1992).

Contribuindo com o debate em questão, estudos sobre comunidades negras rurais, remanescentes quilombolas, movimentos sociais e participação política (ARRUTI, 2006; ANJOS, 2008; BOYER, 2009; LEITE, 1999; ALMEIDA, 2004; MELLO, 2012; RAMOS, 2009) apontam para um marco legal no país, onde parece haver uma certa inversão em relação às demandas reivindicatórias por reconhecimento e mesmo, redistribuição (LEITE, 1999). Normalmente, o que se tem, são ações e movimentos mobilizatórios em confronto com o Estado para ter efetivados os direitos ao reconhecimento político e identitário, bem como, em muitos casos, também, direito à redistribuição de bens materiais. No caso do reconhecimento de comunidades remanescentes de quilombolas, o que emerge são

iniciativas jurídico-normativas e legais, advindas do Estado objetivando não só o reconhecimento político dessas comunidades, mas também, o acesso à bens redistributivos, como o direito à terra, por exemplo. Nesse sentido, a Constituição brasileira de 1988, oferece essa garantia (da terra), apresentando uma concepção jurídico-plural ao disponibilizar instrumentos jurídicos e institucionais para a caracterização e afirmação das identidades étnicas, como os indígenas e quilombolas, por exemplo.

O cenário político nacional, aqui brevemente problematizado, parece apontar para um contexto específico de "oportunidades políticas" (MCADAM E TARROW, 2011) em que, determinadas mobilizações e, até mesmo, constituição de novos movimentos sociais, acontecem viabilizados por novas condições sociais e políticas. Essa dinâmica de institucionalização de novas políticas, nesse caso afirmativas, ocorre num processo onde, não só os movimentos sociais são impactados por essas transformações políticas, mas também, são causadores de modificações nesses novos cenários. Percebe-se, assim a complexidade que envolve o debate acerca de reconhecimento e participação política. Dessa forma, compreender a relação entre as lutas por reconhecimento e inserção sócio-política na Serra das Viúvas, requer entender seu processo de constituição enquanto Serra das Viúvas, mas também, enquanto comunidade das 'mulheres quilombolas artesãs'. Desse modo, é intuito desse trabalho de pesquisa, buscar relacionar as estratégias de ação política em torno reconhecimento dessa comunidade e as transformações ocorridas nas condições de desigualdade étnico-racial e cultural em torno dessa realidade social.

## **1. CONTEXTOS, OPORTUNIDADES POLÍTICAS E DIVERSIFICAÇÕES**

As discussões teóricas acerca dos Processos Políticos (MCADAM, 1996; TILLY, 2001; TARROW, 2013) afirmam que existe uma relação direta entre movimentos sociais e determinadas condições objetivas. Mcadam e Tarrow (2011, p. 20) afirmam que os movimentos sociais "são em parte um produto de mudanças em sistemas de políticas institucionalizadas, bem como produtores dessas mesmas políticas". O entendimento é que, a ação dos movimentos sociais, deve ser

compreendida a partir de um campo mais amplo, que extrapola sua relação com as instituições políti-cas. Aqui, as ações desses coletivos, devem ser situadas em uma complexa trama de ações e relações entre agentes políticos po-sicionados em diversos espaços sociais e dentro de uma trajetória histórica de mobilização. Desse modo, desconstrói-se a ideia de uma relação au-tomática entre a abertura ou o fechamento de oportunidades e a mobilização coletiva. Em suas interações e dinâmicas de ações, esses militantes criam e recriam suas identidades, interpretam mudanças contextuais como oportunidades ou ameaças, se apropriam de redes para mobilizar pessoas, negociam enquadramentos interpre-tativos que definem problemas e soluções e constroem uma linguagem para compreensão e definição do próprio confronto (MCADAM, 1996; TILLY, 2001; TARROW, 2013).

No caso do Brasil, a ascensão de determinados grupos organizados da sociedade civil, sobretudo, em torno de lutas por reconhecimento étnico-cultural, está diretamente ligado a implantação de políticas públicas institucionalizadas, a partir do governo Lula, com a emergência do Partido dos Trabalhadores- PT, no ano de 2003. Cenário, resultante de interações envolvendo movimentos sociais, o campo científico e o partidário. Estudos sobre movimentos sociais e participação política, aqui já mencionados (ARRUTI, 2006; ANJOS, 2008; BOYER, 2009; LEITE, 1999; ALMEIDA, 2004; MELLO, 2012; RAMOS, 2009) enfatizam contextos históricos e políticos no país, onde parece haver, como reflexo de percepções e discursos assumidos pelo governo brasileiro no início dos anos 2003, uma redefinição do Estado, refletida nas políticas públicas implementadas a partir de então, em relação à tais grupos minoritários.

O que se tem nesse cenário específico do país, são aberturas à nível político, econômico, educacional e cultural, que podem ser caracterizados, enquanto oportunidades políticas para ascensão de determinados grupos sociais que se mobilizam em favor de lutas por reconhecimento. Tanto traços estáveis de Estados quanto mudanças na distribuição de poder dentro de um único Estado podem afetar o surgimento de entidades da sociedade civil (MCADAM, 1996; TILLY, 2001; TARROW, 2013). Portanto, o conjunto de políticas públicas institucionalizadas, em determinados momentos históricos, podem refletir diretamente no surgimento ou mesmo, fortalecimento de certos grupos reivindicatórios, como parece ter sido o caso do Brasil, analisando todos os dados que se seguem. O quadro abaixo,

demonstra uma série de decretos que envolvem direitos das comunidades tradicionais (social, político, agrário, educacional, econômico) assumidos pelo Estado, tendo início nos anos 2003, com o governo Lula.

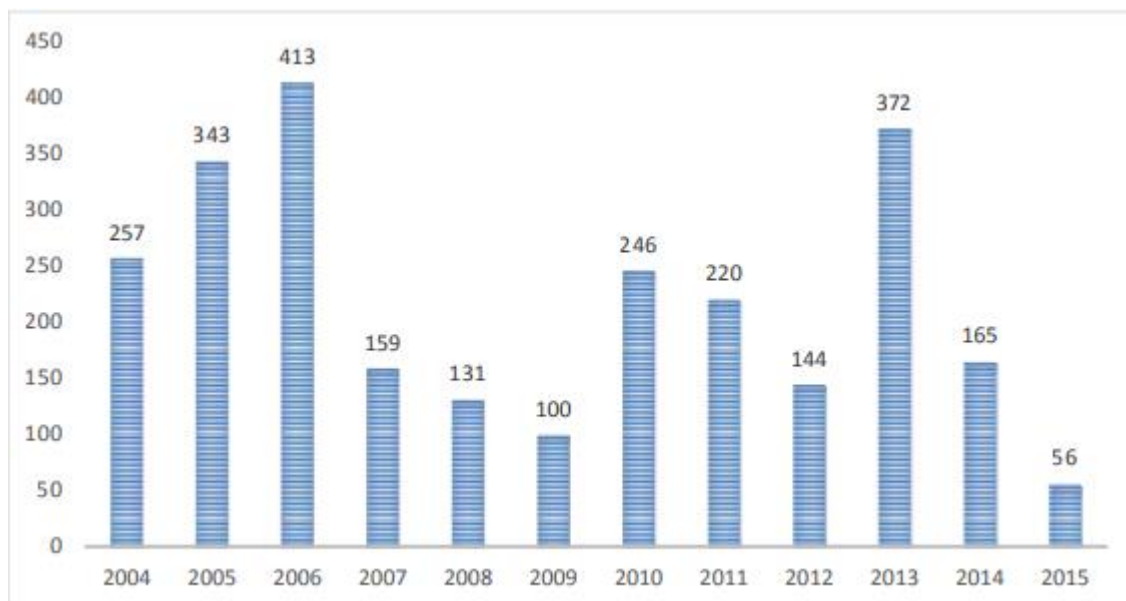
#### Base Legal que Envolva as Comunidades Quilombolas no Brasil

<b>Constituição Federal de 1988.</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Artigos 215 e 216 da Constituição Federal – Direito à preservação de sua própria cultura.</li><li>• Artigo 68 do ADCT – Direito à propriedade das terras de comunidades remanescentes de quilombos.</li></ul>
<b>Decreto nº 2.4887, de 20 de Novembro de 2003.</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Trata da regularização fundiária de terras de quilombos e define as responsabilidades dos órgãos governamentais.</li></ul>
<b>Convenção 169 da OIT – Decreto nº 5.051 de 19 de Abril de 2004.</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Direito à autodeterminação de Povos e Comunidades Tradicionais.</li></ul>
<b>Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007.</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.</li></ul>
<b>Decreto nº 6.261, de 20 de novembro de 2007.</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Dispõe sobre a gestão integrada para o desenvolvimento da Agenda Social Quilombola no âmbito do Programa Brasil Quilombola.</li></ul>
<b>Portaria Fundação Cultural Palmares, nº 98 de 26 de novembro de 2007.</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Institui o Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades dos Quilombos da Fundação Cultural Palmares, também autodenominadas Terras de Preto, Comunidades Negras, Mocambos, Quilombos, dentre outras denominações congêneres.</li></ul>
<b>Instrução Normativa INCRA nº 57, de 20 de outubro de 2009.</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos.</li></ul>
<b>Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010.</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Estatuto da Igualdade Racial</li></ul>

Fonte: (BRASIL, 2013a, p.14)

Segundo os dados da Fundação Cultural Palmares, foram emitidos entre 2004 e julho de 2015 um montante de 2.606 certidões. Os anos de 2005 e 2006 se destacam por apresentar uma quantidade elevada de certificações, 343 e 413, respectivamente. Uma das possíveis justificativas para este fato deveu-se ao início do Programa Brasil Quilombola (PBQ) em 2004 que, através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), incrementou a política fundiária no Brasil (BRASIL, 2014b).

**Gráfico nº 01 – Certificação de Comunidades Quilombolas entre 2004 e Julho 2015.**



**Fonte:** Brasil, 2015a.

Na solidificação deste processo, foi instituída em 2003 a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). Com status de ministério, a SEPPIR é responsável pela coordenação e avaliação das políticas públicas que buscam a promoção da igualdade racial e o combate à discriminação racial e étnica. Ainda, compondo esse cenário de contextos favoráveis ao desenvolvimento de grupos e ações em favor de direitos políticos, é instituído em 2007 a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais. Esta foi orientada pelos princípios da cidadania, da segurança alimentar e nutricional, bem como do desenvolvimento sustentável como agente promotor da qualidade de vida destas comunidades (BRASIL, 2014b).

Esse cenário de garantias e abertura políticas aos movimentos populares, se reflete também, no estado de Alagoas com variáveis que indicam existir uma dinâmica relacional entre as condições de gênese e manutenção de organizações reivindicatórias e as circunstâncias conjunturais emergentes nesse cenário (SILVA, 2008; RENNÓ, 2003; SZWAKO, DAWBOR, CARLOS, 2017, BARCELOS, PEREIRA, SILVA, 2016). Nos anos que se seguem, Alagoas projeta mais de 60

comunidades remanescentes de quilombolas reconhecidas e com certificação pelo Instituto Palmares.

Conforme os dados do Instituto de Terras e Reforma Agrária De Alagoas – ITERAL, entre os anos de 2005 e 2015, mais 60 comunidades tiveram o reconhecimento de comunidade remanescente de quilombola institucionalizado. Poderíamos assim, identificar a interferência do Estado, como um importante fator exógeno a esses grupos, que influencia de forma fundamental a gênese dessas organizações identitárias. Nesse caso, garantias políticas e sociais são oferecidas pelo Estado onde, a partir de então, passam a se formular complexas redes de interação e mobilização em torno da causa identitária.

No caso do sertão alagoano, além do próprio Estado, a influência de grupos ligados, tanto a outros movimentos sociais, quanto ao militantismo católico, é bastante presente. Como é o caso da comunidade Serra das Viúvas no município de Água Branca:

...Nóis era quilombo, mas nóis não sabia. Nóis nunca foi procurar saber o que agente era. Aí foi chegando esse povo de fora.... Uma pessoa muito importante foi Maurício. O dono do engenho. Dono de quase tudo isso aqui. Uma pessoa muito humana. Ele trouxe muita gente pra cá, pra nossa comunidade... Ele mexe com turismo, ele traz muito turista pra nossa comunidade. Ele dizia que a gente era quilombola e que ia ajudar agente a correr atrás disso... Então, ele trouxe gente que estuda, gente da UFAL e, também o Maurício Uchôa, da Agendha...

.... Também, a gente tem a Cáritas que sempre nos ajudou muito nessa questão e ainda hoje ajuda, com os projetos. Desde o começo ela tá com agente... lche...faz tempo...a Igreja sempre teve com agente. Em muita situação ruim, foi ela que ajudou nóis aqui. Muito curso, projeto que a gente recebe, é por causa dela, também...

(Entrevistado C)

Uma primeira reflexão a ser feita, é sobre as circunstâncias que envolvem as diferentes inserções dessas pessoas e grupos (externos) na comunidade. Embora as falas acima citadas, não retratem toda a pluralidade de atores, enquanto influenciadores da dinâmica organizacional dessa comunidade, é possível refletir sobre as condições objetivas que levaram essa diversidade de atores a se tornarem parte da rede mobilizatória desses coletivos (DIANI, 1992).

A aproximação entre grupos ligados à igreja católica e comunidades tradicionais no Nordeste, não é novidade. No entanto, o que parece acontecer é que, a partir de reordenações das políticas institucionais, no início dos anos 2003, com garantias e aberturas políticas para determinados grupos minoritários, novas estratégias de mobilização e luta, são desenvolvidas por esses coletivos. Importante salientar aqui, a importância de atores (indivíduos e grupos) que, diante desse novo cenário de mobilização em rede, passam a influenciar de diferentes formas na organização de lutas dessas comunidades. A presença de atores pertencentes à grupos católicos, historicamente está ligada à duas vertentes; uma seria à disseminação da doutrina do catolicismo (catequese) e uma outra seria, em alguns casos, à organização em busca de bens redistributivos: melhorias de infraestrutura, escolarização, entre outros.

Desse modo, atores ligados à militância católica, nesse caso, parecem ter combinado contextos favoráveis à novas estratégias de recrutamento, dentro dessas comunidades, sobretudo por meio dos projetos da Cáritas. Nas últimas décadas, a Cáritas tem desenvolvido uma série de ações e projetos voltados para comunidades tradicionais, inclusive, quilombola. Nas comunidades quilombolas visitadas, essas atividades, desenvolvidas regularmente, consistem no acompanhamento, formação e intercâmbio entre diferentes grupos. As lideranças religiosas que, se inserem nessas comunidades para desenvolver projetos e ações, passam a fazer parte da história dessas realidades. Em alguns casos de comunidades visitadas, como é o caso da Serra das Viúvas, essas lideranças religiosas são vistas como a 'parceira de sempre' na fala dos entrevistados. Isso aponta para uma certa confiança ou credibilidade que a comunidade tem nessa 'parceria', o que pode desencadear algumas reflexões a esse respeito.

O que ocorre nesses casos é que, mesmo antes do processo de reconhecimento quilombola, lideranças católicas, já se encontravam inseridas nessas comunidades ('parceira de sempre'). Em diferentes momentos históricos desses grupos, a presença da igreja católica, não só se estabeleceu, como também, parece ter se reconfigurado a partir de diferentes desafios conjunturais. De mapeamento de comunidades de risco ao mapeamento de comunidades quilombola, além de formação para essas lideranças, parece indicar uma dinamização de suas estratégias de inserção nesses grupos. Ou seja, os usos de



diferentes discursos e ações, dependem das orientações de contextos específicos. Salienta-se assim que, essas novas garantias políticas, contribuíram para o desenvolvimento de ações em rede, impactando nas primeiras formas de organização dessas comunidades em torno de uma reivindicação identitária, como também redistributiva.

Dessa forma, percebemos que, as diferentes formas de inserções e ações, desenvolvidas pelas lideranças católicas nessas comunidades, cultivaram e estabeleceram laços de confiança e credibilidade dentro do grupo. Sobretudo, pelo fato de esse agente externo, o movimento católico, ir redefinindo suas inserções e recrutamento, a partir de estratégias específicas, desenvolvidas dentro de contextos de oportunidades. Essa relação de aproximação e confiança estabelecida por esses agentes em rede, pode ser percebido na forma que a comunidade se refere a esse agente externo: 'parceria de sempre'. Mesmo em momentos de incertezas e desestímulo, o grupo acredita e apoia tais lideranças religiosas, enquanto possibilidades de ganhos redistributivos, como melhorias de infraestrutura resultante de algum projeto, por exemplo, mas também, como possibilidades de ganhos simbólicos como cursos, formação, viagens, além de representar. Salientando que, tais ganhos simbólicos, passam a ter usos diversificados e estratégicos, enquanto recursos sociais, reconvertidos para a ampliação de suas mobilizações, assim como de novas inserções sociais.

Procura-se assim, afastar-se da visão essencia-lista dos movimentos sociais ao defender que, ao longo de confrontos políticos e culturais, movimentos sociais têm seus limites definidos e redefinidos pela construção de identidades coletivas (DIANI, 1992). Em um processo de constante negociação e renegociação de sentido que ocorre no âmbito dos movimentos sociais (MELUCCI, 2001). Assim, os agentes situados em redes de movimentos sociais podem recorrer a táticas de ação mais ou menos conflitivas e institucionalizadas e a tipos de organização mais ou menos formalizadas ao longo do tempo. Uma outra relação que parece demonstrar essas negociações e renegociações, desenvolvidas pelos agentes situados em rede, é a interação existente entre a comunidade e o senhor Maurício, dono do engenho:

... Já falei pra você, que aqui nós somos parceiros. Desde o começo eu incentivei eles a irem atrás dos direitos deles. Porque tem que ser assim, o

que é justo é justo. Então, eles têm o artesanato deles, as festas, a cultura deles e, eu ajudo como posso. Levo os turistas que vem par região, levo gente interessada no artesanato. Já levei gente até de fora do país. O pessoal vem aqui pro engenho, e eu colo a Serra no passeio, na trilha. Assim, eles ganham e eu também...

(Entrevistado K)

Não se trata aqui, de analisar a relação de trabalho, de produção ou mesmo, de exploração entre as diferentes partes aqui envolvidas, mas antes, verificar as condições objetivas que permitiram a reconfiguração dessas relações. Os agentes aqui envolvidos, parecem se apropriar de recursos, capitais, técnicas e habilidades acumulados ao longo de suas trajetórias (BOURDIEU, 1998), para inseri-los em contextos específicos e assim, redefinir suas ações de mobilização. O senhor Maurício, é dono do engenho local, dono de 'quase tudo isso aqui', como afirmam os entrevistados ao se referirem às terras locais, e também, dono de uma empresa de turismo ecológico: Trilhas do São Francisco. O que, em alguns momentos históricos, culturais, econômicos e políticos, pareciam estar separados a julgar pelas lógicas de ação, agora parecem construir e reconstruir ações em rede. O senhor Maurício afirma que ajuda a comunidade de diferentes maneiras. Uma delas é inserindo a comunidade quilombola Serra das Viúvas, no roteiro de turismo ecológico no sertão alagoano. Assim, segundo ele, a comunidade fica conhecida, tornando-se uma atração a mais para os passeios turísticos de sua empresa. A esse respeito, os entrevistados afirmam que o senhor Maurício é um parceiro da comunidade:

... Maurício é um grande parceiro nosso. Foi ele que, desde o início vinha aqui e falava pra agente ir atrás dos nossos direitos... Eu lembro, quando eu era criança, ele ficava conversando com minha mãe, minha tia e minha vó, sobre isso. Ele ajudou muito. Quando ele começou com a Trilhas do São Francisco, ele trazia, e ainda traz, muito turista pra cá. Tem gente que compra na hora, o artesanato, e tem gente que encomenda e, também, já passa pra outras pessoa... É assim que a gente vai ficando conhecido...

(Entrevistado D)

O que parece acontecer é, uma redefinição dos limites relacionais entre esses agentes, onde, a partir de possíveis situações conflitivas e adversas, constroem-se alternativas à tais modificações conjunturais (MCADAM, 1996; TILLY,

2001; TARROW, 2013). A aproximação entre o fazer empresarial turístico e o fazer artesanal quilombola aponta para novas estratégias de ampliação dessas ações. Um dos usos desse contexto de oportunidades, é o que envolve o status de reconhecimento étnico-cultural desse grupo. A Serra das Viúvas, agora reconhecida institucionalmente enquanto a 'Serra das Viúvas Quilombola', passa a ter um significado turístico e mercadológico, sobretudo a relação que passa a se estabelecer com o artesanato local. Na outra ponta temos, a comunidade que, vê nessa conexão de atores e espaços, a possibilidades de ampliação de seu raio de abrangência, assim como, disseminação de seus fazer artesanato quilombola, aqui também inserido na lógica do mercado.

Importe entender nesse caso, o quanto que os processos políticos foram importantes para a reconversão de recursos e habilidades adquiridas ao longo das trajetórias desses agentes. Com uma intensificação de um discurso do desenvolvimento étnico, cultural e ecológico no Brasil nas últimas décadas, inclusive com incentivo e financiamento para ações voltadas para tais fins, muitas realidades locais sofrem esses impactos, a partir do momento em que, uma complexa teia em rede se forma, inclusive com diferentes interesses. Assim, a empresa turística do senhor Maurício, nasce dentro desse contexto oportuno de abertura e incentivo político e econômico no país. E, como já demonstrado, comunidades locais, como a Serra das Viúvas, é diretamente impactada por tais ações, mas não no sentido de desestímulo ou mesmo retração e sim, reconversões de recursos para diferentes inserções sociais. Desse modo, buscando se distanciar de uma visão mais essencialista dos movimentos sociais, essa pesquisa busca seguir as pistas presentes nos dados aqui analisados objetivando compreender a relação entre processos políticos e ações de mobilização por reconhecimento.

## **2. CONFLITOS POR TERRA E DIVERSIFICAÇÕES: REDEFENINDO LÓGICAS DE AÇÃO**

Não é objetivo aqui, se debruçar sobre as causas dos conflitos e disputas de terras entre quilombolas e fazendeiros, e sim, tentar verificar, de que forma determinados processos políticos contribuíram para uma possível redefinição de

seus limites de ação enquanto agentes em rede, que se tornaram. Se pegarmos os dados estatísticos acerca dessa questão agrária em torno das comunidades quilombolas e, analisarmos apenas do viés matemático, talvez já nos desencantemos com ínfimo número de comunidades quilombolas a ter, de fato, a posse da terra, buscando assim, causalidades em um processo histórico desigual e segregador. Não se trata de negar tais causalidades estruturais, já bastante discutidas e analisadas em estudos sobre a questão agrária no país, mas talvez, compreender as dinâmicas próprias dessas realidades, quando inseridas em contextos específicos (MCADAM, 1996; TILLY, 2001; TARROW, 2013).

Em todo território nacional das 2.606 comunidades certificadas pela FCP, um pouco mais de 200 comunidades possuem o título de posse coletiva da terra (BRASIL, 2014b). No Estado de Alagoas nenhuma das comunidades certificadas possui esta titulação. A representação do INCRA em Alagoas possui 16 processos abertos para titulação de terras quilombolas. A comunidade de Tabacaria em Palmeira dos Índios está com seu processo quase finalizado, já possuem a emissão da posse, porém, ainda não tem a titulação. Segundo o órgão envolvido nesse processo de demarcação e titulação das terras, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária- INCRA, uma das grandes dificuldades relatadas, refere-se à quantidade insuficiente de técnicos para a realização das demarcações de territórios. Um outro fator, esse agora sugerido por trabalhos de pesquisa voltados para a 'questão quilombola' (SANTOS, 2001; CIAT, 2006; SILVA, 20012; SILVA E MARQUES, 2014), são os conflitos com fazendeiros locais que, desencadeiam processos tensos e até violentos pela posse da terra. No entanto, em trabalhos de campo realizados ao longo dessa pesquisa, o que tem se mostrado nos dados coletados, é uma realidade mais complexa do que as respostas acima apresentadas.

Para além de questões fundiárias ligadas à fazendeiros e a posse de terra, ou mesmo insuficiência de técnicos governamentais, a posse da terra quilombola está completamente relacionada à compreensão e entendimento que esses coletivos possuem, não só sobre a posse da terra, mas também, sobre si mesmo. Isso porque, parte-se do princípio que, a constituição de uma comunidade quilombola, não se dá somente por meio de condições estruturais objetivas. Mas, coexistindo com lógicas de ações e estratégias internas ao grupo. Ou seja, para

que a Serra das Viúvas possa ser nomeada e politicamente pensada enquanto 'comunidade remanescente de quilombola', faz-se necessário a existência de lutas políticas e a construção de laços sociais entre diferentes grupos sociais (ANJOS E SILVA, 2008). Nesta comunidade, por exemplo, quando indagados sobre o porquê de a comunidade não ter levado à diante o processo de titulação das terras, uma das lideranças responde:

... Nós qué a terra seja nossa, né?! Quando a gente foi procurar os documentos pra levar pro cartório, cadê? Nada! Ninguém achou. Então, cada um que tem sua terrinha, vai ter que ir no cartório resolver. Agente resolveu com o nosso pedacinho. Agente foi no cartório e fez o documento. Então né, a gente dividiu esse pedaço de terra, um pedacinho pra cada...

.... Então, aqui a terra é arrendada. É de Maurício do engenho. Então, da estrada pra cá, alguns tem um pedacinho. Aí disseram que, se o Incra botasse a mão aqui, não ia dá certo. O povo que tem seu pedacinho, é rendeiro, não quer que o Incra pegue a terra deles pra fazer um papel só pra todo mundo. Não vão dá suas terras pra todo mundo. Então, uns têm e outros não. Quem tem não que dividir... E tá assim. Não tem acordo...

(Entrevistado B)

Essa é uma realidade, também encontrada em outras comunidades visitadas. O processo de titulação das terras que foi iniciado junto ao Incra, não é levado à diante, sobretudo, por situações conflitantes dentro da própria comunidade. No caso da Serra das Viúvas, as relações contenciosas às quais estão submetidas esse coletivo, parece ter contribuído para ressignificações em lógicas organizacionais dentro e fora da comunidade. Os entrevistados explicitam o temor em ceder o 'direito' ao seu 'pedacinho de terra' (adquiridos de diferentes maneiras: doação, compra) e, embora continuem compactuando com demandas advindas de um projeto jurídico normativo identitário, os agentes, nesse caso, avaliam os riscos e ameaças envolvidos em tais relações (MCADAM, 1996; TILLY, 2001; TARROW, 2013). Ao invés de levar as circunstâncias de risco e conflito ao extremo, o grupo reconverte tais circunstâncias ameaçadoras em condições de oportunidades.

Embora os rendeiros continuem com a 'posse' de suas terras, cada um trabalhando em 'sua rocinha', a partir de relações contenciosas, a comunidade 'compactuou' que, todos iriam demandar trabalho dentro e fora de seus limites territoriais em favor do coletivo maior. Os limites e lógicas de suas ações, enquanto organização coletiva, são reconfigurados e favor de ganhos para o grupo. Além de todos participarem da coleta da palha do Ouricuri, em diferentes propriedades, para a produção do artesanato, cada rendeiro produz em sua roça, culturas que a comunidade passou a inserir em sua produção artesanal. Com a diversificação nas redes de relação que a comunidade passou a estabelecer a partir de seu processo de reconhecimento e, sobretudo, a partir da fundação da Associação de Mulheres Artesãs Quilombolas de Serra das Viúvas - AMAQUI, novas formas de 'fazer artesanato' são incorporadas. Além da palha do Ouricuri, as mulheres passam a trabalhar com outras matérias primas, como a palha e o sabugo do milho, por exemplo, além de diversificarem suas técnicas artesanais. Desse modo, além da divisão do trabalho que inclui atividades fora de suas propriedades, cada rendeiro contribui com parte da oferta da matéria prima para ao artesanato local, ao plantar o milho, colher e preparar o que seria descartado (palha e sabugo) para o beneficiamento artesanal. Dessa forma, ao invés de limitar e concentrar as diferentes etapas do trabalho artesanal em poucas famílias, esse trabalho é distribuído por toda a comunidade (independentemente de discordâncias ou conflitos), a partir de uma lógica de organização própria do grupo. Com isso, a presença de demandas contenciosas e a apropriação de novos saberes em rede, leva o grupo a reafirmar sua organização coletiva, a partir de novas lógicas de mobilização interna. Assim, o grupo se apropria de contextos conflitantes e de risco que, em outras circunstâncias, poderiam significar desestímulo ou mesmo, desagregação, para diversificar sua forma de agir. Desse modo, redes de movimentos sociais, como aqui analisadas, são também espaços de confronto entre atores que disputam um projeto de identidade coletiva comum, na medida em que identidades coletivas são sem-pre negociadas no interior de movimentos (DIANI, 1992; MELUCCI, 2001).

No caso dessa comunidade, as relações conflituosas envolvendo terras, indicam concentram-se nos limites internos do grupo, pois em relação ao dono do engenho e das terras locais; o senhor Maurício, 'parece não haver disputas' por tal

bem redistributivo, mas ao contrário, parece indicar reorientação de ações e posicionamentos diante desse contexto específico:

... Nós temos que ser justos nessa vida. Essas pessoas trabalham pra gente, pra minha família, né, há muito tempo, desde o início disso aqui. Trabalharam pra meu avô, pra meu pai e até hoje, estão aqui com agente. São eles que trabalham na nossa lavoura. Meu pai e o avô dele, deram terras pra esse povo. Porque queriam que eles ficassem por aqui. Então, eles têm de ficar aí mesmo.... Nós temos uma parceria de trabalho...Então, pra que que eu vou querer tirar eles daqui? E eles sabem disso, enquanto a gente trabalhar junto, as coisas dão certo... E vai continuar assim...”  
(Entrevistado K)

Como já demonstrado anteriormente, a posição que o senhor Maurício ocupa na rede de relação da comunidade Serra das Viúvas é estratégica. Além de parecer ter contribuído com os primeiros estímulos à uma possível mobilização desse grupo, ele mantém uma ‘relação de parceria’ como ele mesmo se refere às formas de inserção e manutenção dessas redes de amizade. A princípio, pode parecer uma típica situação de submissão histórica (e talvez seja, a depender da perspectiva analítica), de grupos de famílias descendentes de ex-escravos que, durante gerações trabalharam para a família proprietária das terras. No entanto, a perspectiva analítica que queremos enfatizar aqui, não é, necessariamente essa (no entanto, não se trata aqui, de negá-la), mas entender, quais arranjos inovadores e estratégicos foram delineados por tais agentes para diversificarem suas ações mobilizadoras a partir de determinados processos políticos. As redes estabelecidas a partir de ‘contextos de oportunidades políticas’ parecem ter oportunizado os agentes envolvidos em tal dinâmica a redirecionar suas orientações de mobilização (MCADAM, 1996; TILLY, 2001; TARROW, 2013; DIANI, 1992; MELUCCI, 2001).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões teóricas acerca dos Processos Políticos (MCADAM, 1996; TILLY, 2001; TARROW, 2013) afirmam que existe uma relação direta entre movimentos sociais e determinadas condições objetivas. Aqui, as ações desses coletivos, devem ser situadas em uma complexa trama de ações e relações entre

agentes políticos po-sicionados em diversos espaços sociais e dentro de uma trajetória histórica de mobilização. Desse modo, desconstrói-se a ideia de uma relação au-tomática entre a abertura ou o fechamento de oportunidades e a mobilização coletiva. Ao invés de demonstrar resistência ou direcionamentos conflituosos acerca de situações adversas, a comunidade quilombola, extrapola os limites contenciosos das relações estabelecidas, a partir de fatores endógenos e exógenos e, diversifica tais limites relacionais. Tal ressignificação, pode ser percebida na relação que se estabelece entre a comunidade e o Senhor Maurício, por exemplo. A comunidade Serra das Viúvas, além de significar mão-obra experiente e de fácil acesso para suas lavouras, também representa para o senhor Maurício, ampliação e diversificação de suas ofertas de negócios turísticos. Talvez, ter uma comunidade tradicional remanescente de quilombola enquanto atração turística em suas terras (o que se torna possível, somente a partir de um contexto específico de oportunidades políticas desencadeadas no país nos últimos anos), seja mais estratégico do que, desencadear longos e desgastantes processos jurídicos, sem garantias da posse final de tais bens materiais.

A percepção de 'oportunidade', também é captada pela comunidade que, entende o posicionamento do senhor Maurício como 'generosidade', mas também como abertura de espaços para ampliar seus limites de ação e inserção social. Assim, têm-se a divulgação e comercialização de seu artesanato que, nos moldes de 'parceria' estabelecidos entre as partes, parece inserir a comunidade em outros espaços sociais, políticos e econômicos. Isso se deve, sobretudo, a uma diversificada rede de relação que vai sendo estabelecida e ampliada ao longo do processo. Entende-se dessa forma que, possíveis conflitos por terra, disputas internas por espaços de poder ou mesmo, as limitações de recurso (políticos, econômicos, escolares), foram reconvertidos em diversificadas estratégias de mobilização em favor do reconhecimento desses coletivos. A Serra das Viúvas, agora reconhecida institucionalmente enquanto a 'Serra das Viúvas Quilombola', passa a ter um significado turístico e mercadológico, sobretudo a relação que passa a se estabelecer com o artesanato local. Na outra ponta temos, a comunidade que, vê nessa conexão de atores e espaços, a possibilidades de ampliação de seu raio de abrangência, assim como, disseminação de seus fazer artesanato quilombola, aqui também, inserido na lógica do mercado.



## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. **Terras Tradicionalmente Ocupadas. Processos de Territorialização e Movimentos Sociais**. Estudos Urbanos e Regionais. v. 6. N. 1. Maio 2004;
- ANJOS, José Carlos Dos. SILVA, Paulo Sergio da. **A rede quilombola como espaço de ação política**. Rio Grande do Sul, 2008;
- ANJOS, Gabriele dos. **Liderança de Mulheres em Pastorais e Comunidades Católicas e suas retribuições**. Porto Alegre. Cadernos Pagu(31), julho/dez, 2008;
- ARRUTI, José Maurício. **Mocambo: Antropologia e História do Processo de Formação Quilombola**. Bauru, São Paulo, Edusp. 2006;
- BOURDIEU, Pierre. A Representação política. Elementos para uma teoria do Campo Político. In: \_\_\_\_\_. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998;
- CIAT. Comissão de Instalação das Ações Territoriais- **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Alto Sertão de Alagoas - PTDRS**. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA. Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT. Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais - PRONAT. 2006;
- DIANI, M. **The concept of social movement**. *The Sociological Review*, Keele, v. 40, n. 1, p. 1-25, 1992;
- HONNETH, Axel. **Luta por Reconhecimento: A Gramática Moral dos Conflitos Sociais**. São Paulo, Ed. 34, 2003;
- LEITE, Ilka Boaventura. **Os Quilombos no Brasil: Questões Conceituais e Normativas**. Etnográfica, Florianópolis. 2000;
- MCADAM, Doug; TARROW, Sidney. **Movimentos Sociais e Eleições: por uma compreensão mais ampla do contexto político da contestação relação entre movimentos e política eleitoral**. Sociologias. Porto Alegre, ano 13, n. 28, set./dez. 2011;
- MELUCCI, A. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis: Vozes, 2001;
- NEVES, Paulo S. C. **Luta anti-racista: entre Reconhecimento e Redistribuição**. Rev. bras. Ci. Soc. vol.20 no.59 São Paulo Oct. 2005;
- RAMOS, Ieda Cristina Alves. **O lugar do Parentesco na Aliança entre um Laudo Antropológico e um território quilombola**. Porto Alegre, 2009;
- RENAULT, Emmanuel (2004) “**Reconnaissance, Institutions, Injustice**” in: *Revue du MAUSS* (De la Reconnaissance: Don, Identité e Estime de Soi), nº 23, pp. 180-195;

RENNÓ, R. Lúcio. **Estruturas De Oportunidade Política E Engajamento Em Organizações Da Sociedade Civil: Um Estudo Comparado Sobre A América Latina.** *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, **21**, p. 71-82, nov. 2003;

ROMERO, Fanny Longa. **“Fazer artesanato para fazer a roça”: apropriações e usos de recursos naturais na Comunidade Quilombola da Serra das Viúvas, sertão alagoano.** UNIOESTE/PR. 2014;

SANDEL, Michael. **Liberalism and the Limits of Justice**, Cambridge, University Press. 1982;

SANTOS, Vanessa Silva. **Escola e Identidades: Estudo Etnográfico do Fortalecimento Identitário numa Comunidade Remanescente de Quilombo em Alagoas.** Anais do V Fórum Identidades e Alteridades Gepiadde/Ufs/Itabaiana. ISSN 2176-7033. 2011;

SILVA, Aline Ferreira da. **Etnodesenvolvimento Quilombola no Governo Lula.** São Cristóvão, 2011;

SILVA, Dimas Salustiano da. **Constituição e diferença étnica: o problema jurídico das comunidades negras remanescentes de quilombos no Brasil:** In: Terra de quilombos. O'Dwyer, Eliane Cantarino (Org.). Rio de Janeiro: ABA/UFRJ, 1995;

SILVA, Igor Luiz Rodrigues. **Comunidade Quilombola “Chifre do Bode Identidade Étnica, Memória e Preservação.** Anais do XV Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste e Pré-Alas Brasil. Teresina – PI / 2012;

SILVA, M. K. **Atores, espaços e repertórios: a atuação de movimentos sociais através das fronteiras da sociedade civil e do Estado.** In: SCHERER-WARREN, I.; LÜCHMANN, L. H. H. (Orgs.). *Movimentos sociais e engajamento político: trajetórias e tendências analíticas.* Florianópolis: UFSC, 2015;

TARROW, S. ***The language of contention: revolutions in words*** 1688-2012. Cambridge: Cambridge University Press, 2013;

TAYLOR, Charles. **Multiculturalism and the “Politics of Recognition”,** Princeton, Princeton University Press. 1992;

SZWAKO, José. DOWBOR, Mônica. CARLOS, Euzeneia. **Redes, campos, coalizões e comunidades: conectando movimentos sociais e políticas públicas.** *BIB*, São Paulo, n. 82, 2º semestre de 2016 (publicada em setembro de 2017), pp. 5-12;

YOUNG, Iris Marion. **Representação Política, Identidade e Minorias.** Do original (Capítulo 4) Inclusion and democracy. Oxford University Press. Lua Nova. Tradução de Alexandre Morales. 2000;